

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2007

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Internos, Auditores Independentes, Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração.

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Em 2007 verificamos uma acentuada aceleração do crescimento da economia brasileira. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno superou a média de crescimento do ano anterior. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela diminuição do desemprego, pela expansão de crédito e o aumento na renda do trabalhador. Apesar das taxas de juros ainda estarem com valores elevados, o País mantém sua economia estável frente às crises dos mercados internacionais, demonstrando sua estabilidade e otimismo para ano de 2008.

A Região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão de energia, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes desse sistema. A região caracteriza-se também como pólo de desenvolvimento industrial com elevado potencial de consumo. O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de "estrangulamentos" nos principais sistemas de transmissão, os quais necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na Matriz Energética, em virtude das elevadas reservas carboníferas existentes. As obras de expansão, além de atender às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, representam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O desenvolvimento econômico da empresa depende da sua capacidade de realizar seus investimentos programados, da sua visão estratégica, do planejamento de suas ações e de seus colaboradores. As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura proativa, sistêmica e inovativa, não só para agregar valor econômico, mas também visando a incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Dentro desse enfoque, a CGTEE vem desenvolvendo modelo gestão voltado para a construção de um futuro sustentável, baseado na busca de uma performance de qualidade superior, tanto no aprofundamento das relações com seus stakeholders, como melhorias e inovações em seus sistemas, processos, competências e produto.

Neste sentido, a CGTEE tem adotado um conjunto de medidas para garantir sua sustentabilidade e cumprir seus objetivos estratégicos e obrigações com a sociedade. Tais ações vão desde a realização de investimentos economicamente viáveis e que possam garantir a expansão da empresa com responsabilidade sócioambiental, até as ações que visem à redução dos valores do seu custo e a economicidade.

Em relação ao exercício de 2007, destacamos a seguir os seguintes objetivos estratégicos que foram alcançados.

- O Planejamento Estratégico é entendido como um processo contínuo de aprendizagem e transformação organizacional, em função disso, deve ser permanentemente acompanhado, avaliado e revisado para fazer frente às constantes variações do ambiente. Nessa perspectiva, atualizamos nossa missão, visão, valores, macro orientações e diretrizes estratégicas.

- A nova unidade geradora a carvão mineral com potência de 350 MW está sendo instalada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, com investimento total estimado em mais de R\$ 1 bilhão. O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, cuja energia foi integralmente comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A comercialização ocorreu pelo prazo de 15 anos, a contar de 01/01/2010.

Durante o exercício 2007 foram intensificadas as atividades de projeto de engenharia, que possibilitaram o início das atividades construtivas no mês de maio, permitindo que a partir de então, fossem realizadas as terraplanagens gerais do terreno, drenagens, arruamentos e as escavações das fundações da chaminé, casa de máquinas e caldeira.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 490 MW de potência instalada. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

A geração total de energia elétrica em 2007 foi de 1.250,505 GWh, sendo 1.199,113 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici e 51,392 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 41,881% na UPME, 61,336% na DTPJ e 100% na NUTEPA. Na CGTEE, o índice de Disponibilidade Geral foi de 45,52%.

A CGTEE, ao longo do ano de 2007, exportou energia para o Uruguai e Argentina através das Usinas Presidente Médici e São Jerônimo, cujo montante líquido total foi de 88.597,17 MWh e geração bruta total de 104.594,40 MWh.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Gestão Orçamentária

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2007 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto n.º 5.939, de 19 de outubro de 2006, e pela Lei n.º 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, sendo o custeio revisado pelo Decreto n.º 6.277, de 28 de novembro de 2007. Os desembolsos da CGTEE ficaram dentro dos tetos orçamentários aprovados.

Gestão Financeira

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2007, atingiu o montante de R\$ 642,2 milhões, enquanto que em 2006 havia sido apurado um valor de R\$ 711,4 milhões.

A Companhia, no Exercício de 2007, registrou um prejuízo na ordem de R\$ 69,1 milhões, ocasionado pela descontração de venda de energia mantidos com a AES, RGE e CEEE em 50% (40% em 2006) e redução de tarifa dos contratos mantidos com a AES-SUL e RGE (êstorno PASEP e COFINS Regime Não-Cumulativo recebido em 2005 e 2006). Estas duas situações ocasionaram uma diminuição na receita operacional bruta em R\$ 29,8 milhões.

As receitas financeiras da Companhia foram impactadas, em relação a 2006, pela redução do montante disponível aplicado, onde foram investidos R\$ 163 milhões na Fase C, e pela redução dos rendimentos das aplicações resultante da diminuição da Taxa de Juros Básica (SELIC), resultando um rendimento menor de R\$ 25,5 milhões em relação ao mesmo período de 2006.

Os custos de produção tiveram um incremento em função do aumento dos custos com compra de energia no âmbito da CCEE e dos serviços de transmissão de energia em R\$ 13,2 milhões em comparação com 2006. Apesar das ações adotadas de redução de despesas, ainda em 2007 ocorreu o incremento do custo de material e serviços na ordem de R\$ 12,3 milhões.

As despesas operacionais tiveram uma redução de R\$ 2,0 milhões, e os impostos sobre a receita uma redução de R\$ 4,0 milhões, resultante da mudança do Regime de apuração do PASEP e COFINS em função da Lei 11.196/2005.

Os contratos de suprimento firmados pela CGTEE com a AES-Sul e com a RGE tiveram as tarifas de energia e demanda reajustadas pela Resolução nº 318 da ANEEL, de 18/04/2006, com vigência de 19/04/2006 até 18/04/2007, e, a partir desta data, a Resolução nº 448 da ANEEL, de 17/04/2007, homologou as tarifas com vigência prevista até 18/04/2008. Da mesma forma, o contrato mantido com a CEEE foi reajustado pela Resolução nº 379 da ANEEL, de 17/10/2006, com vigência de 25/10/2006 até 24/10/2007, e, a partir desta data, a Resolução nº 554 da ANEEL, de 23/10/2007, homologou as tarifas deste contrato, com vigência prevista até 24/10/2008. Estes contratos estabeleceram a descontração em percentual de 10% ao ano, a partir de 2003.

Os ativos financeiros de curto prazo, no final de 2007, equivaliam a 2,46 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a liquidez financeira da Companhia.

A capacidade de geração interna de recursos decorrente das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termelétrica, medida através do EBITDA (Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization), atingiu R\$ 10,6 milhões negativos no exercício de 2007.

MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA

Implantação de Práticas de Governança Corporativa

Visando propiciar condições para modernização da empresa com base na ética, transparência da informação, responsabilidade sócioambiental e valorização dos direitos humanos, a CGTEE, alinhada às diretrizes da Eletrobrás, iniciou em 2007 um processo de implantação de práticas de governança corporativa, cujas premissas são a transparência, prestação de contas (accountability), sustentabilidade, responsabilidade sócio-ambiental e equidade.

Neste sentido, destacamos-se as principais ações desenvolvidas:

Implantação do Sistema de Gestão da Ética

A implementação do Sistema de Gestão da Ética (em conformidade com o Decreto 6.029/07) tem por finalidade orientar e aconselhar os profissionais sobre ética no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete-lhe também funcionar como projeção da Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância do Código de Conduta da Administração Federal.

Criação da Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral da CGTEE tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a direção da empresa e o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da ética no planejamento e na excelência da gestão administrativa.

Implantação do Portal da Transparência

Ainda no ano de 2007 iniciamos a implementação do Portal da Transparência, em atendimento à Portaria Interministerial N.º 140, de 16.03.2006, que disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal por meio de rede mundial de computadores (internet) e dá outras providências. O objetivo é disponibilizar informações no site da empresa sobre: execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

BALANÇO SOCIAL

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA						
INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL						
Geração e distribuição de riqueza (DVA) R\$/mil		Em 2007: (138)			Em 2006: 81.946	
Distribuição do Valor Adicionado						
- Governo	20.990					26.124
- Empregados	46.735					53.040
- Acionista	(69.149)					1.216
- Financiamentos	1.226					1.566
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada na íntegra no conjunto das Demonstrações Contábeis						
Recursos Humanos						
Remuneração						
Remuneração Bruta (RM)						
- Empregados	31.166					30.509
- Administradores	30.492					29.743
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	674					766
- Administradores	20,9					23,9
Benefícios Concedidos						
	Valor (mil)	% sobre RM	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RM	% sobre RL
Encargos Sociais	12.821	41,1%	5,6%	12.401	40,6%	4,7%
Alimentação	2.785	8,9%	1,2%	3.227	10,6%	1,2%
Transporte	1.176	3,8%	0,5%	955	3,2%	0,4%
Previdência privada	3.644	11,7%	1,6%	4.217	13,8%	1,6%
Saúde	1.167	3,7%	0,5%	1.045	3,4%	0,4%
Segurança e medicina do trabalho	1.210	3,9%	0,5%	1.437	4,7%	0,5%
Educação	77	0,2%	0,0%	56	0,2%	0,0%
Cultura	57	0,2%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	316	1,0%	0,1%	196	0,6%	0,1%
Creches ou auxílio creche	129	0,4%	0,1%	141	0,5%	0,1%
Participação nos lucros ou resultados	77	0,2%	0,0%	5.458	17,9%	2,1%
Total	23.382	74,9%	10,1%	29.141	95,5%	11,1%
Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício						
- Administração	539					542
Nº de admissões	6					18
Nº de demissões	9					19
Nº de estagiários no final do exercício	107					129
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício						
-	-					-
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício						
-	659					714
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	447					447
- Feminino	92					95
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-					-
- De 18 a 35 anos	79					81
- De 36 a 45 anos	451					453
- Acima de 46 anos	9					8
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-					-
- Com ensino fundamental	180					194
- Com ensino médio	128					133
- Com ensino técnico	88					89
- Com ensino superior	142					125
- Pós-graduados	1					1
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	42,0%					82,0%
- Feminino	10,0%					18,0%
Contingências e passivos trabalhistas						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade						
-	40					27
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes						
-	20					22
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes						
-	21					31
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça						
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Relacionamento com a comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	928	-0,6%	0,2%	1.145	0,3%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	189	4,1%	0,1%
Saúde e saneamento	172	-0,2%	0,1%	550	11,9%	0,2%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,2%	295	6,4%	0,1%
Alimentação	246	-0,2%	0,0%	369	8,2%	0,1%
Geração de trabalho e renda	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total dos Investimentos	1.346	-0,9%	0,3%	2.548	27,9%	0,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)						
-	6.614	-9,5%	2,9%	12.341	286,3%	4,6%
Total - Relacionamento com a comunidade	7.275	-10,4%	3,2%	13.629	294,2%	5,1%
Interação com o Meio Ambiente						
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente						
-	315	-0,5%	0,1%	1.997	40,6%	0,8%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados						
-	-	0,0%	0,0%	5	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade						
-	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade						
-	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais						
-	10.657	-15,4%	4,7%	-	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade						
-	-			-		-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental						
-	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Determinadas administrativamente e/ou judicialmente						
-	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais						
-	10.972	-15,9%	4,8%	2.002	43,2%	0,8%
Total da interação com o meio ambiente						
-	10.972	-15,9%	4,8%	2.002	43,2%	0,8%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:						
	(X) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(X) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Número total de acidentes de trabalho						
() direção	34			() direção	50	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:						
() todos(as) gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:						
() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue as normas da OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:						
() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:						
() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:						
() não são sugeridos	() são sugeridos	() não são considerados	() são sugeridos	() não são considerados	() são sugeridos	() são sugeridos
() não se envolve	() não se envolve	() não se envolve	() não se envolve	() não se envolve	() não se envolve	() não se envolve
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:						
(X) apóia	() organiza e incentiva	(X) apóia	() organiza e incentiva	(X) apóia	() organiza e incentiva	() organiza e incentiva
Outras informações						
Receita Líquida (RL)						
-	228.300					265.763
Resultado Operacional (RO)						
-	(69.384)					4.634

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modelo regulatório do setor elétrico busca a retomada dos investimentos com parcerias públicas-privadas para atender a necessidade de expansão da demanda de energia elétrica, sob as condições de modicidade tarifária, universalização de energia, competitividade e transparência nos leilões de energia em ambiente de contratação regulado e livre, incentivando as fontes alternativas de energia.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhada de uma matriz energética favorável, abre espaço para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes energéticas alternativas, alinhadas às características regionais do Parque Elétrico.

Neste contexto, toda a empresa encontra-se mobilizada na construção da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici com uma potência a ser instalada de 350 MW. Este empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, e teve a integralidade da energia comercializada no 1º leilão de energia proveniente de novos empreendimentos, realizado em 16 de dezembro de 2005, segundo as regras do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro.

Apesar da empresa ter registrado prejuízo financeiro no ano de 2007, ocasionado pela descontração dos contratos iniciais de venda de energia e redução de tarifa dos contratos mantidos com a AES-SUL e RGE, bem como a elevação dos custos de produção e redução da rentabilidade proveniente das aplicações financeiras, compreendemos que a CGTEE caminha seguramente para sua consolidação como "braço" técnico da ELETROBRÁS. Afirmamos isto baseados nos projetos que a empresa ora desenvolve para o futuro, bem como nas ações presentes empreendidas para mitigar os efeitos do prejuízo supracitado. Neste sentido, destacamos também o esforço realizado pela empresa na redução de despesas com Passagens Aéreas (-41%), Hospedagens (-19%), Consultorias (-31%) e Publicidade e Propaganda (-75%), o que acarretou numa redução nas despesas de Serviços de Terceiros na ordem de 4,81%.

O tema ambiental continuará sendo nossa prioridade em 2008. Atender os condicionantes das Licenças de Operação e Instalação emitidas pelo IBAMA e outros órgãos de controle ambiental mobilizarão todos os setores da empresa, na busca constante pela excelência no trato com o meio ambiente, a partir de uma visão de geração de energia imbuída de responsabilidade socioambiental.

Por fim, o aprimoramento dos controles internos, a adequação dos procedimentos nos mais diferentes setores, a formação e qualificação do nosso corpo funcional, constituem-se numa exigência para alcançarmos o patamar compatível com os desafios postos à empresa.

Sendo assim, entendemos que a CGTEE, apesar de todas as dificuldades, avançou na delimitação de sua identidade, afirmando-se e viabilizando-se como empresa pública federal de geração térmica de energia elétrica.

Porto Alegre, 15 de março de 2008

SERENO CHAISE

Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

ATIVO	2007	2006
CIRCULANTE		
Disponibilidades	2.006	1.876
Aplicações no mercado aberto	81.056	232.048

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	140.487	170.365
Outras receitas operacionais	14	13
Total da receita operacional bruta	140.501	170.378
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Encargos do consumidor	(4.708)	(5.878)
Impostos e contribuições sobre a receita	(4.671)	(7.572)
Total das deduções da receita operacional	(9.379)	(13.450)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	131.122	156.928
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(54.170)	(42.372)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(6.893)	(5.396)
Total do custo com energia elétrica	(61.063)	(47.768)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal	(36.636)	(35.341)
Entidade de previdência privada	(2.692)	(2.618)
Programa de participação nos resultados	-	(5.133)
Material	(13.752)	(9.306)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(101.627)	(111.841)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	97.178	107.518
Serviços de terceiros	(25.104)	(23.871)
Depreciações	(45.806)	(46.616)
Outros custos	(920)	10.228
Total do custo de operação	(129.359)	(116.980)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(59.300)	(7.820)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas gerais e administrativas	(29.442)	(31.148)
Programa de participação nos resultados	-	(322)
Total das despesas administrativas	(29.442)	(31.470)
RESULTADO DO SERVIÇO	(88.742)	(39.290)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	17.221	38.528
Juros e multas	3.560	7.911
Outras receitas financeiras	91	-
Total das receitas financeiras	20.872	46.439
Despesas financeiras		
Contribuição provisória sobre movimentação financeira - CPMF	(1.138)	(1.608)
Outras despesas financeiras	(376)	(907)
Total das despesas financeiras	(1.514)	(2.515)
RESULTADO OPERACIONAL	(69.384)	4.634
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - LÍQUIDO	235	(837)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(69.149)	3.797
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	(703)
Imposto de renda - IR	-	(1.878)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(69.149)	1.216
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL	(0,061)	0,001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**
(Em milhares de reais)

	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS		
Recursos originados das operações (conforme abaixo)	-	45.717
De terceiros		
Redução do ativo realizável a longo prazo	2.879	94
Total das origens	2.879	45.811
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Recursos aplicados nas operações (conforme abaixo)	23.276	-
Aumento do ativo realizável a longo prazo	346	-
Aquisição de bens do imobilizado	136.702	64.760
Redução do passivo exigível a longo prazo	1.787	2.073
Total das aplicações	162.111	66.833
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(159.232)	(21.022)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
Ativo circulante		
No fim do exercício	184.785	321.111
No início do exercício	321.111	336.204
Diminuição	(136.326)	(15.093)
Passivo circulante:		
No fim do exercício	74.988	52.082
No início do exercício	52.082	46.153
Aumento	22.906	5.929
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(159.232)	(21.022)
DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS ORIGINADOS DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(69.149)	1.216
Atualização monetária e encargos do ativo realizável a longo prazo	-	(837)
Depreciação e amortização	47.646	47.649
Custo do ativo imobilizado baixado	330	-
Provisão para aposentadoria incentivada	632	1.030
Reversão da provisão para contribuição fundo de pensão	(2.735)	(3.341)
Total originado das (aplicado nas) operações	(23.276)	45.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	868.721	(91)	4.436	(161.571)	711.495
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.216	1.216
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(1.354)	(1.354)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	868.721	(91)	4.436	(161.709)	711.357
Prejuízo do exercício	-	-	-	(69.149)	(69.149)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	868.721	(91)	4.436	(230.858)	642.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES SUPLEMENTARES

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**
(Em milhares de reais)

	2007	2006
RECEITA BRUTA E OUTRAS RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	140.487	170.365
Receitas não operacionais	274	115
Total	140.761	170.480
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(54.170)	(42.372)
Serviços de terceiros	(30.012)	(29.961)
Material	(14.244)	(9.869)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(101.627)	(111.841)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	97.178	107.518
Outros custos operacionais	(11.225)	140
Outros custos não operacionais	(39)	(952)
Total	(114.139)	(87.337)
VALOR ADICIONADO BRUTO	26.622	83.143
RETENÇÕES		
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	(47.646)	(47.649)
Total	(47.646)	(47.649)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	(21.024)	35.494
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	20.872	46.439
Aluguéis	14	13
Total	20.886	46.452
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (RETIDO)	(138)	81.946
DISTRIBUIÇÃO (RETENÇÃO) DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	46.795	53.040
Governo	20.990	26.124
Agentes financeiros	1.226	1.566
Retenção de lucro do exercício (prejuízo do exercício)	(69.149)	1.216
TOTAL	(138)	81.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES SUPLEMENTARES

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**
(Em milhares de reais)

	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(69.149)	1.216
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	-	(837)
Atualização monetária e encargos do realizável a longo prazo	-	(1.354)
Depreciação e amortização	47.646	47.649
Provisão créditos de liquidação duvidosa	386	390
Custo do ativo imobilizado baixado	330	-
Provisão para aposentadoria incentivada	632	954
Provisão para contingências	1.460	2.661
Reversão da provisão para contribuição ao fundo de pensão	(2.735)	(3.341)
Total	(21.430)	48.692
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.354)
Variações nas contas de ativo		
Aplicações no mercado aberto vinculadas	(15.000)	-
Concessionários	(6.026)	4.487
Impostos a recuperar	(4.505)	(16.441)
Aquisição de combustível a recuperar - CCC e CDE	594	(3.739)
Almoxarifado	9.986	(2.154)
Despesas pagas antecipadamente	(261)	307
Depósitos judiciais	253	(1.442)
Ativo realizável longo prazo	(1.678)	-
Outros	134	980
Total	(16.503)	(18.002)
Variações nas contas do passivo		
Fornecedores	28.209	4.990
Folha de pagamento	411	355
Tributos e contribuições sociais	(1.144)	(3.906)
Participações dos empregados nos lucros	(4.590)	1.512
Encargos do consumidor a recolher	(137)	44
Obrigações estimadas	313	3
Passivo exigível a longo prazo	1.786	(2.073)
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	(1.230)	-
Outros	155	1.757
Total	23.773	2.682
Geração operacional de caixa	(14.160)	32.018
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do imobilizado	(136.702)	(64.760)
Caixa líquido aplicado em investimentos	(136.702)	(64.760)
Redução no caixa (Disponibilidades e Aplicações financeiras)	(150.862)	(32.742)
Saldo inicial de caixa (Disponibilidades e Aplicações financeiras)	233.924	266.666
Saldo final de caixa (Disponibilidades e Aplicações financeiras)	83.062	233.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais, exceto notas explicativas nº. 29 e 30.2, expressas em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), sociedade de economia mista, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, atuando exclusivamente na atividade de Geração de Energia Elétrica.

Através do Ato Declaratório nº. 3, de 7 de agosto de 1997 e do Despacho de 15 de outubro de 1997, ambos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, foram transferidos para a Companhia os direitos de exploração das seguintes Usinas Termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota, Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo, e Usina da NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Sul, tendo suas concessões prorrogadas pelo prazo de vinte anos, contado a partir de 8 de julho de 1995, através da Portaria nº. 265 de 27 de julho de 1999 do Ministério de Minas e Energia. Em 13 de setembro de 2000 foi assinado, com a ANEEL, o Contrato de Concessão de Geração nº. 67/2000, cujo termo de concessão das três Usinas Termelétricas encerrar-se-á em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de até 20 anos. O parque gerador da Companhia possui potência instalada de 490 MW, cuja geração efetiva atende ao despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

2. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Usinas Termelétricas	Capacidade instalada (MW)	Data da concessão	Data de vencimento
UTE Presidente Médici – Candiota	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE NUTEPA	24	08/07/1995	07/07/2015
	490		

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem aquelas emanadas da Legislação Societária Brasileira, as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante às principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº. 4.

Em 28 de dezembro de 2006, a ANEEL emitiu o despacho 3.073/2006, reclassificando as despesas referentes ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e contribuições ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia, anteriormente classificados como despesa operacional, para o grupo de deduções da receita operacional. Em consequência disto, para fins de apresentação das demonstrações contábeis, foram reclassificados os valores da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações no mercado aberto

Estão registradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos "pró-rata die" até a data das demonstrações contábeis.

b) Concessionárias

Registrada pelo suprimento de energia elétrica liberado no sistema de transmissão até a data das demonstrações contábeis com base nas disposições contratuais e no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos.

d) Almoxarifado

Refere-se a materiais em estoque destinados à manutenção das operações e é demonstrado ao custo médio das compras que não excede ao valor de mercado.

e) Aquisição de combustível a recuperar – CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)

Registrada pelos valores a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás decorrentes de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da conta de desenvolvimento energético – CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL 129/2004.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº. 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº. 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº. 44, de 17 de março de 1999, descritas na nota explicativa nº. 10.

Em relação ao imobilizado em curso, de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos. Da mesma forma, é permitida a alocação de custos diretos da administração geral com pessoal e serviços externos ao imobilizado e outras construções em andamento, com base em critérios adequadamente estabelecidos.

Os materiais em almoxarifado destinados a imobilizações estão classificados no ativo imobilizado, sendo demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

g) Provisão para contingências

Reconhecida em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia.

h) Provisão para contribuição ao fundo de pensão

A Companhia mantém uma entidade específica ("Fundação Eletroceee") para administrar os planos de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego a funcionários.

A obrigação futura estimada para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão desses funcionários é avaliada anualmente por atuários independentes, sendo registrada pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº. 371 de 13 de dezembro de 2000.

i) Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data das demonstrações contábeis, quando legal ou contratualmente exigidos.

- j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões permanentes (lucro real) e por prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, pelas alíquotas vigentes no fim do exercício. Não são registrados nas demonstrações contábeis os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e sobre diferenças temporariamente não dedutíveis.

- k) Apuração do resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO VINCULADAS
Por força de normas do Conselho Monetário Nacional, expressas pelo Banco Central do Brasil na Resolução nº. 2.917, de 19 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº. 3.267, de 10 de março de 2005, a Companhia deve manter 100% das suas disponibilidades financeiras aplicadas em cotas de fundos, exclusivamente administrados pelo Banco do Brasil ou instituições integrantes de seu conglomerado. Assim, a Companhia mantém suas aplicações em fundo de investimento de longo prazo administrado pelo BB Administração de Ativos DTVM S.A., com liquidez diária, denominado "BB Extramercado Exclusivo 4 Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo", cuja carteira de investimentos deve ser constituída por no mínimo 75% de Títulos do Tesouro Nacional e o restante por CDB/RDB de emissão de instituições do conglomerado Banco do Brasil ou por operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional, cabendo à BB DTVM a gestão da carteira de ativos, a custódia dos mesmos e a responsabilidade sobre a performance do Fundo.

			31/12/2007	31/12/2006
	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>		
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	81.056	221.417
Tesouro Nacional	Títulos Públicos (LTN)	01/04/2007	-	<u>10.631</u>
Total aplicações financeiras			<u>81.056</u>	<u>232.048</u>
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	15.000	-
Total aplicações financeiras vinculadas			<u>15.000</u>	<u>-</u>

Em 18 de dezembro de 2007, visando garantir os compromissos relativos a liquidação do mercado de energia na CCEE a Companhia constituiu garantias através do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios assinados com o Banco Bradesco e CCEE, previsto no Regulamento de Operações e Procedimentos Operacionais nº. 8.4, bloqueando 1.030.272,11995 cotas, no valor correspondente R\$ 15.000. Essas garantias são renovadas a cada 30 dias e são calculadas com base na média de compra de energia nas últimas 3 liquidações dos agentes, considerando que o agente esteja devedor na CCEE.

6. CONCESSIONÁRIAS
A Companhia comercializa a energia elétrica para as concessionárias a seguir indicadas, das quais tem a receber os seguintes saldos:

Concessionárias	31/12/2007	31/12/2006
Curto prazo		
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	3.813	4.080
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	7.422	4.079
Rio Grande Energia S.A. - RGE	3.812	9.112
Diferencial Comercializadora de Energia Ltda	-	1.743
CIEN - Companhia de Integração Energética	47	47
Tradener Comercializadora de Energia	-	349
CCEE - Câmara de Comércio de Energia Elétrica	-	1.232
Reembolso de Energia Livre - RTE	1.745	2.223
Total do curto prazo	<u>16.839</u>	<u>22.865</u>
Longo prazo		
Reembolso de Energia Livre - RTE	732	3.611
Total	<u>17.571</u>	<u>26.476</u>

Reembolso de Energia Livre - RTE
O montante divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referente ao ressarcimento de Energia Livre, representava, em 31/12/2007, R\$ 2.477 (R\$ 5.834 em 31/12/2006) já atualizados pela SELIC. Esse ressarcimento firmado no Acordo de Reembolso de Energia Livre refere-se ao repasse dos valores homologados na Resolução ANEEL nº. 483 de 29 de agosto de 2002 e os procedimentos operacionais para o referido repasse foram regulamentados pela Resolução ANEEL nº. 36 de 29 de janeiro de 2003.

A Companhia, através do Ofício Circular nº. 2.212/2005-SFF/SRE/ANEEL, efetuou a atualização dos valores correspondentes ao Reembolso de Energia Livre do Gerador, previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico, pela taxa Selic, desde 1º de janeiro de 2003 até 31/12/2007, conforme item 7 do ofício.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$ 776 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 390 em 31 de dezembro de 2006).

A Companhia constituiu a provisão embora entenda que este direito tem base legal para sua cobrança e buscará em todas as instâncias o recebimento destes créditos.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2007	31/12/2006
Curto prazo		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	8.839	12.282
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3	2.367
Pasep/Cofins - Lei 11.196/05, Art. 109	20.219	18.920
Outros	148	145
	29.209	33.714
Longo prazo		
Crédito de ICMS sobre aquisição de combustíveis e outros	5.217	5.124
	<u>34.426</u>	<u>38.838</u>

- 8.1 PASEP/COFINS - Lei 11.196/05, Art. 109
A Companhia estava calculando pela sistemática não-cumulativa as Contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com a RGE, a AES SUL e a CEEE com alíquotas de 1,65% (PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº. 468, de 08 de novembro de 2004, que definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei nº. 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para definir a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Até a edição da Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as Contribuições ao PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e consequentemente com alíquotas de 0,65% (PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das Bases de Cálculo das apurações do PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo Regime Não-Cumulativo foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

A Legislação prevê que nos pagamentos feitos a maior de impostos e contribuições o contribuinte tem o direito de atualizar pela SELIC estes valores, situação esta que gerou uma receita financeira de R\$ 4.092 mil. Estes valores serão utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização em andamento pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007, fazer todas as retificações das declarações necessárias, com isso a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, portanto mantendo a atualização dos valores. Em janeiro e fevereiro de 2008 a Companhia procedeu as retificações das declarações para o período de dezembro de 2002 a março de 2003.

- 8.2 Crédito de ICMS
Os créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 5.217 (R\$ 5.124 em 31/12/2006) originaram-se, principalmente, das operações de compra de combustível e outros, já que o ICMS sobre as vendas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, Art 1º do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela Administração da Companhia.

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2007	31/12/2006
Adiantamento a empregados	487	499
Adiantamento a fornecedores	347	203
Clientes pelo fornecimento de cinzas	61	124
Outros	75	10
Total	<u>970</u>	<u>836</u>

10. IMOBILIZADO
- | | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
|--|------------|------------|

	31/12/2007	31/12/2006
Imobilizado em serviço		
Geração		
Terrenos	905	921
Reservatórios, barragens e adutoras	9.599	9.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	73.919	74.434
Máquinas e equipamentos	1.793.093	1.778.868
Veículos	2.129	2.078
Móveis e utensílios	1.318	1.336
Administração		
Máquinas e equipamentos	6.794	4.347
Veículos	616	646
Móveis e utensílios	1.008	975
Total do imobilizado em serviço	<u>1.889.381</u>	<u>1.873.205</u>
Depreciação acumulada		
Geração		
Reservatórios, barragens e adutoras	(6.921)	(6.735)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(64.470)	(64.239)
Máquinas e equipamentos	(1.502.584)	(1.459.005)
Veículos	(1.744)	(1.655)
Móveis e utensílios	(1.113)	(1.070)
Administração		
Máquinas e equipamentos	(2.059)	(1.540)
Veículos	(329)	(283)
Móveis e utensílios	(405)	(295)
Total da depreciação	<u>(1.579.625)</u>	<u>(1.534.824)</u>
Imobilizado em serviço - líquido	<u>309.756</u>	<u>338.381</u>
Imobilizado em curso		
Geração		
Terrenos	260	105
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.864	8.826
Máquinas e equipamentos	82.208	21.295
Veículos	314	0,00
Material depósito	7.820	7.821
Compras em andamento	23	50
Adiantamentos a fornecedores	74.089	35.377
Administração		
Máquinas e equipamentos	-	2.168
Total do imobilizado em curso	<u>176.578</u>	<u>75.642</u>
Total do imobilizado líquido	<u>486.334</u>	<u>414.023</u>

Os saldos de imobilizado em curso se referem principalmente aos investimentos na aquisição de equipamentos, componentes e peças para projetos e obras da usina "UTE Presidente Médici - Candidata - Fase C" e para adequação e melhorias nas unidades de geração de energia da Companhia.

	31/12/2007	31/12/2006
Geração		
UTE Presidente Médici - Candidata - Fase C	208.573	86.095
UTE São Jerônimo	-	4.461
UTE NUTEPA	4.050	4.020
Administração		
Sede	-	2.168
Total do imobilizado em curso	<u>212.623</u>	<u>96.744</u>

As principais taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração		
Caldeira	5,0	4,0
Chaminé	4,5	3,7
Equipamento ciclo térmico	2,0 a 10,0	2,0 a 10,0
Equipamentos da tomada d'água	2,0	4,0
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0	4,0
Máquinas e equipamentos gerais	2,0	20,0
Reservatórios, barragens e adutoras	4,0	20,0
Turbina a vapor	4,0	20,0
Veículos	20,0	20,0
Administração		
Máquinas e equipamentos	10,0	10,0
Móveis e utensílios	10,0	10,0
Veículos	20,0	20,0

A Companhia utiliza os critérios de utilização e cadastramento do imobilizado em serviço conforme determinado pela Portaria DNUE nº. 815, de 30 de novembro de 1994. Em 2004, concluiu o processo de inventário e revisão de seu imobilizado e, como resultado, efetuou a reclassificação de alguns bens entre contas e entre unidades de cadastro - UC, afetando principalmente edificações, obras civis, benfeitorias e máquinas e equipamentos.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração são vinculados a esse serviço, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Conforme o Contrato de Concessão de Geração nº. 67/2000 assinado com a ANEEL, ao final da concessão operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados à exploração das usinas termelétricas, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à CGTEE, observando-se os valores e datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31/12/2007	31/12/2006
Intangíveis em serviço		
Geração	89	89
Administração	10.478	7.751
Total do intangível em serviço	<u>10.567</u>	<u>7.840</u>
Amortização acumulada		
Geração	(89)	(88)
Administração	(5.090)	(3.826)
Total da amortização	<u>(5.169)</u>	<u>(3.914)</u>
Intangíveis em serviço - líquido	<u>5.398</u>	<u>3.926</u>
Intangíveis em curso		
Geração	36.045	21.102
Total dos ativos intangíveis líquido	<u>41.443</u>	<u>25.028</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço refere-se principalmente ao direito de uso de softwares. O saldo de ativos intangíveis em curso refere-se principalmente a despesas incorridas em conexão com os projetos e obras da usina "UTE Presidente Médici - Candidata - Fase C".

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44 de 17 de março de 1999, é de 10%.

12. FORNECEDORES

	31/12/2007	31/12/2006
Fornecedores - Encargos de uso da rede elétrica	439	359
Fornecedores de energia elétrica - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	17.346	5.374
Termos de confissão de dívida (a)	522	-
Materiais e serviços		
CITIC Construções Ltda	16.295	-
Companhia Riograndense de Mineração	5.517	6.219
Petrobrás Distribuidora S.A.	2.710	1.612
Sidersul Produtos Siderúrgicos Ltda.	1.242	1.357
Thorga Engenharia Industrial S.A.	899	1.070
Multitronic Comércio e Representações Ltda.	605	-
Yergata Montagens e Obras Ltda	604	6.894
Outros	4.915	17.152
Total de material e serviços	<u>32.787</u>	<u>22.885</u>
Total de fornecedores	<u>51.094</u>	<u>22.885</u>

(a) A Companhia assinou termos de confissão de dívida e compromisso de pagamento, com os clientes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. e Rio Grande Energia S.A., atendendo determinação do Artigo 2º da Resolução ANEEL nº. 448 de 17 de abril de 2007, referente a PIS e Cofins a maior incluídas nas faturas de energia, sendo contabilizado o montante de R\$ 1.566, os quais estão sendo liquidados em doze parcelas mensais.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2007	31/12/2006
IRPJ	-	1.878
CSLL	-	703
COFINS	677	854
INSS	1.741	1.219
PASEP	1.135	1.197
FGTS	331	419
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de terceiros retidos na fonte	2.025	1.071
SENAI/SESI	131	125
ISS FONTE	147	109
Outros	352	108
Total	<u>6.539</u>	<u>7.683</u>

14. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	31/12/2007	31/12/2006
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.203	1.335
Taxa de fiscalização - ANEEL	69	74
	<u>1.272</u>	<u>1.409</u>

15. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS
O saldo de R\$ 2.884 (R\$ 2.571 em 31 de dezembro de 2006) representa as obrigações da Companhia para com seus empregados no que se refere ao pagamento de férias e seus respectivos encargos.

16. PROVISÃO PARA APOSENTADORIA INCENTIVADA
Em decorrência do acordo coletivo de trabalho homologado em 1 de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.
Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e as contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.
Os valores provisionados estão assim resumidos:

	31/12/2007		31/12/2006	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Complemento de aposentadoria	1.434	2.090	1.895	3.124
Contribuição à Fundação	167	244	421	265
	<u>1.601</u>	<u>2.334</u>	<u>2.316</u>	<u>3.389</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2007			31/12/2006		
	Provisão	judiciais	Líquido	Provisão	judiciais	Líquido
Trabalhistas	5.918	(1.619)	4.299	3.992	(1.362)	2.630
Fiscal	50	-	50	-	-	-
Civil	155	-	155	-	-	-
TOTAL	<u>6.123</u>	<u>(1.619)</u>	<u>4.504</u>	<u>3.992</u>	<u>(1.362)</u>	<u>2.630</u>

Provisão para contingências trabalhistas
Os depósitos judiciais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamatórias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. Eventuais passivos decorrentes de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE. No entanto, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 5.918 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 3.992 em 31 de dezembro de 2006) para cobrir as perdas prováveis nas quais a Companhia poderá ter participação financeira, para os quais a Companhia realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 1.619 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.362 em 31 de dezembro de 2006).

Questões ambientais e compromissos financeiros assumidos
Usina Termelétrica de São Jerônimo
No ano de 2001, a Companhia foi notificada pelo Ministério Público Estadual - MPE, no Inquérito Civil nº. 001/01, que trata dos danos ambientais causados pela disposição de resíduos sólidos industriais, cinzas de carvão, na área da Usina Termelétrica de São Jerônimo. As principais ações necessárias para a recuperação do dano ambiental denunciado já foram concluídas. O monitoramento ambiental na área de influência direta da Usina teve início no ano de 2004, através da contratação da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e se estendeu até a metade do ano de 2005, tendo sido reiniciado o monitoramento ambiental da área em questão em março de 2006.

Em setembro de 2005 a Companhia firmou um novo Termo de Compromisso de ajustamento com o Ministério Público Estadual visando desenvolver ações para a redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo. Este Termo de Compromisso foi assinado dentro do Inquérito Civil nº. 029/2004, de iniciativa do Ministério Público Estadual, Promotoria da Comarca de São Jerônimo, cujo arquivamento foi notificado pelo Ministério Público Estadual em 16/07/2007.

A Companhia também é parte de um Termo de Ajustamento de Condição - TAC com o Ministério Público Federal - MPF que trata da redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo, firmado em 1996. Os eventuais dispêndios relativos a este TAC somente serão realizados a partir do segundo semestre de 2008, visto que a proposta de adequação ambiental apresentada ao Ministério Público Federal, prevê a instalação de um filtro de mangas no segundo semestre de 2008.

As ações referentes ao TAC firmado em 1996, não terão efeito relevante sobre a posição financeira da Companhia, sendo que os recursos necessários foram previstos no orçamento de investimentos da Companhia para o ano de 2008, no montante aproximado de R\$ 5.000. Além desses compromissos ambientais assumidos, não são esperados gastos contingenciais em decorrência desse assunto.

Usina Termelétrica Presidente Médici

A Companhia é parte de um Termo de Compromisso – TC firmado em maio de 2006 com o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) visando à adequação ambiental do Complexo da UTE Presidente Médici – Candiota. Os recursos necessários para o cumprimento do TC estão previstos no orçamento de investimentos da Companhia (PPA 2007-2010), no montante aproximado de R\$ 190.000.

Em 19 de julho de 2005 a Companhia recebeu dois Autos de Infração e respectivas multas, emitidos pelo IBAMA, referentes a inconformidades na Usina Presidente Médici apontadas pelos técnicos daquele Instituto, como segue:

- AI nº. 526763 D - referente às condicionantes da Licença de Operação nº. 057/99; e
- AI nº. 526764 D - referente ao lançamento de resíduos ou efluentes em desacordo com o padrão.

Com relação a esses autos de infração, a Companhia protocolou recurso administrativo no IBAMA, primeiro, com base na legislação aplicável, requerendo a anulação do Auto e segundo, recorrendo do mérito das infrações apontadas. A Companhia apresentou ainda requerimento para que nos termos do parágrafo 4º do artigo 72 da Lei 9.605/98, sejam as multas convertidas em investimentos na adequação ambiental da Usina Presidente Médici, inclusive já previstos no orçamento futuro da Companhia, PPA 2007-2010. A Administração da Companhia, com base no parecer do departamento jurídico da Companhia, acredita no sucesso das medidas administrativas tomadas, e permaneceu no aguardo de manifestação do IBAMA. Não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações contábeis já que a Administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto.

A Companhia, por possuir Termos de Compromisso firmados com o Ministério Público, evita uma eventual Ação Civil Pública, não se vilitando gastos financeiros além dos compromissos ambientais assumidos já previstos no Plano Plurianual 2007-2010.

18. PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Lei nº. 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º, que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento". A Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº. 9.991, estabelecendo em seu artigo 12º, que o total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Com relação aos dispêndios previstos para pesquisa e desenvolvimento referentes aos ciclos de 2003/2004 e anteriores, a Companhia realizou 100% do valor provisionado, para o ciclo 2004/2005 realizou 98,78% do valor provisionado, para o ciclo 2005/2006 a Companhia realizou 62,21% do total provisionado e, para o ciclo 2006/2007 a Companhia realizou 33,33% do valor provisionado.

A ANEEL através das Resoluções 219/2006 e 233/2006, instituiu o novo Manual para Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e os Critérios e Procedimentos para Cálculo, Aplicação e Recolhimento relativos a Pesquisa e Desenvolvimento, respectivamente, com vigência a partir de 2006. Estas alterações provocaram mudança na forma de cálculo e contabilização com gastos de Pesquisa e Desenvolvimento, que passaram a ter contabilização mensal com base nas receitas e deduções de acordo com o regime de competência. A Companhia vinha provisionando por ciclo, e esta mudança provocou que despesas do exercício de 2005 seriam contabilizadas juntamente com despesa de 2006, as quais foram ajustadas e contabilizadas contra resultados de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.354 no exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

Relacionamos a seguir a situação por ciclo em 31 de dezembro 2007:

Ciclo	Valores provisionados	Valores realizados	Saldo em
Ciclo 2007/2008			31/12/2007
FNDCT	396	-	396
Contribuição MME	198	-	198
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	396	-	396
	<u>990</u>		<u>990</u>
Ciclo 2006/2007			31/12/2007
FNDCT	621	363	259
Contribuição MME	311	155	155
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	622	-	622
	<u>1.554</u>	<u>518</u>	<u>1.036</u>
Ciclo 2005/2006			31/12/2007
FNDCT	703	703	-
Contribuição MME	351	351	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	703	39	664
	<u>1.757</u>	<u>1.093</u>	<u>664</u>
Ciclo 2004/2005			31/12/2007
FNDCT	888	888	-
Contribuição MME	444	444	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	888	861	27
	<u>2.220</u>	<u>2.193</u>	<u>27</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 868.721, totalmente integralizado é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País, cujas quantidades estão distribuídas conforme segue:

	Ações	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	1.126.273.714	99,940
Antônio Carlos da Silva Estevão	198.517	0,016
Júlio Cesar Schneider Marques	105.971	0,010
Aldo Sani	59.608	0,005
Outros	160.226	0,016
Ações em tesouraria	149.731	0,013
	<u>1.126.947.767</u>	<u>100,000</u>

Conforme o estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado será destinado para pagamento de remuneração aos acionistas, na proporção de suas ações. De acordo com a legislação tal remuneração somente será destinada após compensação dos prejuízos acumulados.

19.2 Ações em tesouraria

As ações em tesouraria referem-se ao resgate de ações ordinárias realizado em abril de 2005 de sete ex-acionistas minoritários, que requereram o exercício do direito de sua retirada da Companhia, amparados pelo artigo 137 da Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em decorrência das alterações aprovadas no Estatuto Social em Assembleia-Geral Extraordinária do dia 18 de junho de 2004.

19.3 Reservas de capital

O capital próprio aplicado às imobilizações em curso, até o mês de maio de 2001, era remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Esta remuneração foi apropriada no ativo imobilizado em curso e creditada em reserva de capital, tendo sua depreciação iniciada a partir da entrada do bem em operação. Essa prática contábil foi descontinuada no mês de junho de 2001.

20. SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita relativa a suprimento de energia elétrica é como segue:

	Número de concessionários		MWh (*)		R\$	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Suprimento	4	3	1.581.950	2.129.032	125.292	148.252
Contratos bilaterais	2	2	88.852	67.037	15.195	22.113
(*) – não auditado	6	5	<u>1.670.802</u>	<u>2.196.069</u>	<u>140.487</u>	<u>170.365</u>

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RECEITA - PASEP E COFINS

A Companhia, no período de novembro de 2004 a fevereiro de 2006 estava calculando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com a RGE, a AES SUL e a CEEE através da forma de apuração não-cumulativa, com alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (PASEP), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº. 468, de 08 de novembro de 2004, que definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado no art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 10.833/03, estabelecendo os parâmetros para definir a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a partir de março de 2006 a forma de apuração do COFINS e do PASEP referente à receita dos contratos iniciais passasse a ser cumulativa. Com isso as alíquotas atuais são de 3% (COFINS) e 0,85% (PASEP).

22. RECUPERAÇÃO DE DESPESAS - SUBVENÇÃO COMBUSTÍVEIS

Refere-se à subvenção para aquisição de combustíveis fósseis com recursos da Conta Consumo de Combustíveis – CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cujos reembolsos foram solicitados à Eletrobrás por conta do consumo de carvão mineral e óleo combustível para a produção de energia elétrica.

23. DESPESAS COM PESSOAL E COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	Operação		Administração	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Remunerações	22.428	21.324	7.169	8.356
Encargos sociais	9.554	9.053	3.168	3.309
Auxílio alimentação	1.117	2.472	1.613	756
Convênio assistencial e outros benefícios	2.008	1.743	1.941	400
Incentivo à Aposentadoria	-	-	424	1.007
Provisões (férias, 13º. salário, encargos, causas trabalhistas, e passivo atuarial – Deliberação CVM nº. 371/2000)	297	218	1.948	3.755
Administradores	-	-	674	1.057
Outros	1.232	531	233	260
Subtotal - despesa de pessoal	36.636	35.341	17.170	18.900
Contribuições ao fundo de pensão	2.692	2.618	528	592
Programa de Participação nos Resultados	-	-	-	322
Total	<u>39.328</u>	<u>43.092</u>	<u>17.698</u>	<u>19.814</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2007	31/12/2006
Pessoal e entidade de previdência privada	17.698	19.814
Material	492	563
Serviços de terceiros	4.908	6.099
Depreciações	1.840	1.033
Taxa de fiscalização ANEEL	823	889
Taxa administração CCEE	114	110
Recuperação de despesas	(801)	(3.343)
Publicidade e propaganda	605	2.450
Outras	3.763	3.865
Total	<u>29.442</u>	<u>31.470</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

25.1 Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº. 9.430/1996.

25.2 Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 236.695 (R\$ 163.630 em 31 de dezembro de 2006) e R\$ 236.914 (R\$ 163.836

em 31 de dezembro de 2006), respectivamente. Em junho de 2002 foi publicada a Instrução CVM nº. 371 a qual estabeleceu condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conservadoramente, não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis, totalizando em 31 de dezembro de 2007, respectivamente, R\$ 59.150 (R\$ 40.884 em 31 de dezembro de 2006) e R\$ 21.322 (R\$ 14.745 em 31 de dezembro de 2006).

25.3 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda – IRPJ e contribuição social – CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

	31/12/2007		31/12/2006	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(69.149)	(69.149)	3.797	3.797
Efeito líquido de provisões temporariamente não dedutíveis contínuas/realizadas	(4.836)	(4.836)	6.463	6.463
Despesas não dedutíveis	<u>920</u>	<u>907</u>	<u>902</u>	<u>902</u>
Lucro real e base da CSLL antes das compensações (prej. fiscal e base negativa CSLL)	(73.065)	(73.078)	11.162	11.162
Compensações (prejuízos fiscais e base negativa da CSLL)	-	-	<u>3.349</u>	<u>3.349</u>
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	-	-	7.813	7.813
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	-	-	1.953	703
PAT e adicional de 10% sobre o lucro Superior a R\$ 240 mil	-	-	-	(75)
IRPJ e CSLL do exercício	=	=	<u>1.878</u>	<u>703</u>

26. PLANO DE APOSENTADORIA

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE com participação de 3,92% sobre as reservas técnicas do Fundo. O objetivo principal desse patrocínio é a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. A reserva a amortizar corresponde a custo de serviço passado e, de acordo com a Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000 está sendo amortizada ao longo de 156 meses, a contar de janeiro de 2007, que corresponde ao período remanescente de serviço dos empregados que deverão receber os benefícios do plano.

Em 31 de dezembro de 2007, do total de 539 (542 em 31 de dezembro de 2006) funcionários, 304 (306 em 2006) participam do Plano, tendo contribuído com um total - incluindo contribuição normal e despesa administrativa - de R\$ 1.858 (R\$ 1.973 em 2006), sendo que a Companhia contribuiu com R\$ 3.329 (R\$ 3.239 em 2006), não restando nenhuma obrigação vencida.

O plano de suplementação é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, contribuindo a Companhia e o empregado cada um com 7,87% da folha de salários. Adicionalmente, a patrocinadora recolhe mensalmente, a título de "Parcela Amortizante", o equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos referente a custo de serviço passado. A última revisão atuarial dos compromissos registrados na ELETROCEEE (através da adoção de critérios específicos diferentes dos requeridos pela Deliberação CVM nº. 371) foi procedida por atuário independente dessa fundação, para a data-base de 31 de dezembro de 2007, com a emissão de parecer em 23 de janeiro de 2008, estando demonstrada na seguinte posição:

Descrição	31/12/2007		31/12/2006	
	Total geral da Fundação ELETROCEEE	Parte proporcional CGTEE	Total geral da Fundação ELETROCEEE	Parte proporcional CGTEE
Benefícios concedidos	2.020.994	35.678	1.713.709	29.631
Benefícios a conceder	1.281.392	84.916	1.129.014	70.956
Subtotal	3.302.386	120.594	2.842.723	100.587
Reserva a amortizar	(220.606)	(12.846)	(302.507)	(12.674)
Reservas matemáticas	3.081.780	107.748	2.540.216	87.913
Superávit técnico	432.290	29.999	499.138	25.878
Total das reservas técnicas	<u>3.514.070</u>	<u>137.747</u>	<u>3.039.354</u>	<u>113.791</u>

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 371, a Companhia reconheceu integralmente em dezembro de 2001 o ajuste do passivo atuarial decorrente dos benefícios a que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

O estudo atuarial, efetuado por atuário independente para a data-base de 31 de dezembro de 2007, apresentou um passivo líquido de R\$ 8.180, sendo que R\$ 3.935 refere-se à provisão de aposentadoria incentivada naquela data contabilizada pela Companhia conforme mencionado na nota explicativa nº. 15, e o valor de R\$ 4.245 refere-se a passivo atuarial com o fundo registrado como provisão para contribuição ao fundo de pensão.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada:

	31/12/2007	31/12/2006
Valor presente da obrigação atuarial	129.927	109.804
Valor justo dos ativos do plano	(138.551)	(113.582)
Ativo líquido	(8.624)	(3.978)
Ganho atuarial a amortizar	16.804	16.563
Valor da obrigação atuarial líquida	8.180	12.585
Provisão para aposentadoria incentivada	(3.935)	(5.605)
Passivo líquido reconhecido no balanço	<u>4.245</u>	<u>(6.980)</u>

O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais corresponde à parcela do ganho ou perda que excede o maior valor entre (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial; e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano, que é amortizada pelo tempo remanescente de serviço dos funcionários participantes do plano.

A movimentação da provisão registrada, incluindo a provisão para aposentadoria incentivada, é como segue:

	31/12/2007	31/12/2006
Passivo líquido no início do período	12.585	16.323
Despesa do período - contribuição adicional	526	1.114
Pagamento de contribuições	(2.196)	(1.511)
Reversão passivo atuarial Deliberação CVM 371	(2.735)	(3.241)
Passivo líquido no final do período	8.180	12.585
Provisão aposentadoria incentivada – curto prazo	(1.601)	(2.116)
Provisão aposentadoria incentivada – longo prazo	(2.334)	(3.489)
Passivo líquido reconhecido balanço	<u>4.245</u>	<u>6.980</u>

As principais premissas atuariais utilizadas em 31/12/2007 são conforme segue:

- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 11,54% ao ano (incluída a inflação).
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 13,55% ao ano (incluída a inflação).
- Taxa de crescimento salarial 8,39% ao ano (incluída a inflação).
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 4%.
- Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,984 (ou 98,40%).
- Taxa de rotatividade: Considerada nula.
- Tábua Geral de Mortalidade: $q_x = \frac{1}{2}(\text{GAM-83} + \text{AT-83})$.
- Tábua de entrada em invalidez: i_x da LIGHT-MÉDIA.
- Tábua de mortalidade de inválidos: $q'_x = q_x$ da $\frac{1}{2}(\text{GAM-71} + \text{AT-49})$.
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para q_x / i_x / q'_x .
- Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa Patrocinadora.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Operações com derivativos

A Companhia não efetuou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução nº. 235, de 23 de março de 1995, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

b. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

A Instrução CVM nº. 235/95 estabeleceu mecanismos para a divulgação em nota explicativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações contábeis.

Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

c. Concentração de risco de crédito

A Companhia tem atualmente suas vendas concentradas em três clientes, onde a relação comercial é mantida através de contratos iniciais assinados com as distribuidoras por um período mínimo de 15 anos, além de contrato bilateral de curto prazo. No caso desses clientes o risco de crédito é mínimo devido às garantias e penalidades previstas em contrato que inibem ou reduzem consideravelmente a inadimplência.

A Companhia possui créditos referentes ao reembolso de Energia Livre - RTE cuja liquidação é considerada duvidosa. As concessionárias continuam a efetuar o reembolso desses valores, porém existe a possibilidade de que no final do período de recolhimento existam valores não reembolsados.

d. Risco cambial – operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pela Companhia consistem em:

- Primeiro pagamento realizado em 13/1

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento	Importância segurada	31/12/2007	Prêmio a apropriar	31/12/2006
			Prêmio total		Prêmio a apropriar
Compreensivo empresarial	10/11/2008	19.501	199	161	194
Compreensivo empresarial	16/08/2008	5.035	3	2	6
Compreensivo empresarial	01/06/2008	630	8	3	0
Risco de engenharia	13/07/2008	966.100	3.509	1.758	1.953
Roubo, incêndio e colisão.	15/06/2008	2.013	82	41	73
		<u>993.279</u>	<u>3.801</u>	<u>1.965</u>	<u>2.226</u>

Em 13 de julho de 2007 a Companhia efetuou o primeiro Termo Aditivo da Apólice de Seguros da Usina Termoeletrica Presidente Médici com a Empresa Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, pelo período de um ano, com o prêmio total R\$ 3.509, tendo sido este montante integralmente pago em 31 de agosto de 2007.

29. REMUNERAÇÃO EMPREGADOS/ADMINISTRADORES (REAIS) (NÃO AUDITADO)

A maior e menor remuneração mensal paga a empregados foi de R\$ 18.941,70 e R\$ 908,00 respectivamente, tendo-se por base o mês de dezembro de 2007. O maior honorário atribuído a dirigente no mês de Dezembro de 2007 foi de R\$ 16.210,00.

30. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

30.1 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 a Companhia efetuou comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir:

	31/12/2007	31/12/2006
Custo Energia elétrica comprada para revenda	54.170	42.372

As transações de energia realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente MAE), ocorridas no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, totalizaram R\$ 4.266 (vendas) e R\$ 45.706 (compras), tendo sido liquidado até 17 de julho de 2003 o montante líquido de R\$ 41.440 (valor pago). Esses valores foram registrados de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

30.2 Leilão de energia elétrica (valores expressos em reais)

Com a desconstrução de energia prevista pela Lei 9.648 de 27 de maio de 1998 a Companhia passou a gerar energia liberada dos contratos iniciais. Para a venda desta energia a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente podem vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito da CCEE.

Através da participação nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, a Companhia obteve os seguintes resultados:

- Abril de 2005 - comercialização de 104 MW médios/ano ao preço de R\$ 83,50/MWh, pelo período de 8 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2008, originando a assinatura de contratos com 34 agentes de distribuição;
- Outubro de 2005 - comercialização de 35 MW médios/ano ao preço de R\$ 91,80/MWh, pelo período de 8 anos, com início de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2009, originando a assinatura de contratos com 17 agentes de distribuição.

Em dezembro de 2005 foi realizado o primeiro Leilão de Energia dos Novos Empreendimentos, resultando na comercialização 292 MWh médios/ano, cuja energia será proveniente da Fase C da Usina Presidente Médici (vide nota explicativa nº 30), pelo período de 15 anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2010 ao preço de R\$ 129,50/MWh. Os contratos de comercialização de energia com 31 agentes de distribuição, resultantes deste leilão, foram assinados em 28 de agosto de 2006.

31. CONSTRUÇÃO DA FASE C DA UTE PRESIDENTE MÉDIC

Em 15 de dezembro de 2005 a CGTEE firmou o Contrato de EPC com o CITIC International Contracting Inc., sediada na República Popular da China, tendo por objeto a construção da Fase C da Usina Presidente Médici, em regime de "turn key", cujo valor é da ordem de US\$ 474 milhões (equivalente a aproximadamente R\$ 639.704 em 31 de dezembro de 2007), com prazo de conclusão da usina previsto para até 31 de dezembro de 2009. A companhia terá outros investimentos com o projeto, tais como: Fiscalização, Infra-estrutura, Compensação Ambiental, Pessoal Próprio, Seguros entre outras, avaliadas em cerca de US\$ 70 milhões (equivalente a aproximadamente R\$ 123.991 em 31 de dezembro de 2007) (não auditado).

O projeto trata-se de uma unidade geradora a carvão mineral nacional, com potência de 350 MW, localizada no município de Candiota-RS, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, cujos licenciamentos e autorizações setoriais estão em dia, e que teve a energia totalmente comercializada pela CGTEE no leilão de energia realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2005, pelo período de 15 anos a contar de 1º de janeiro de 2010.

Para realizar o gerenciamento da obra, foi implantada pela CGTEE uma Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP da Fase C, que trabalha apoiada pela estrutura organizacional da Companhia e por prestadores de serviços especializados. Durante o exercício de 2007 destacaram-se as seguintes ações referentes ao andamento do empreendimento (não auditado):

- Significativo desenvolvimento do projeto de engenharia pelo subcontratado da CITIC, Instituto Noroeste de Engenharia – NWEFPI;
- Assinatura em 20 de abril de 2007, de contratos de crédito no montante total de US\$ 430 milhões (equivalente a aproximadamente R\$ 762.000 em 31 de dezembro de 2007), entre a Eletrobrás e a China Development Bank – CDB, ao abrigo do Acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção, e respectivos contratos de repasse para a CGTEE. Os contratos ainda aguardam a aprovação das autoridades chinesas para entrarem em eficácia, cuja previsão é para o primeiro semestre de 2008, atraso este que começa a impactar negativamente o andamento do empreendimento, e cuja solução favorável vem sendo insistentemente buscada pela Companhia, Eletrobrás e Autoridades Governamentais Brasileiras;
- Desenvolvimento de atividades de construção de facilidades e obras de infraestrutura no "site";
- Execução da terraplenagem geral, drenagens e arruamentos da usina;
- Execução das escavações das fundações da Casa de Máquinas, Caldeira e Chaminé;
- Contratação pela CITIC, dos principais equipamentos da usina que serão fabricados na China, com efetivo início de fabricação, comprovado por diligenciamento técnico realizado em dezembro de 2007 junto aos fabricantes, por equipe da CGTEE e Eletrobrás;
- Recebimento no "site", do primeiro lote de componentes importados, em agosto de 2007, constituídos por chumbadores e placas de base da caldeira e dessulfurizador;
- Chegada ao Porto de Rio Grande/RS, em 30 de dezembro de 2007, do primeiro grande embarque de componentes, com peso da ordem de 2.500 toneladas, composto de peças estruturais da caldeira, precipitador eletrostático, turbina e gerador elétrico, os quais deverão estar no local da obra até o final do primeiro trimestre de 2008. Outros cinco embarques durante o ano de 2008 completarão o fornecimento importado da China;
- Assinatura dos contratos de execução das obras civis principais da usina, realizada em 21 de dezembro de 2007, entre a CITIC e o Consórcio Sul Energia, formado pelas empresas Delta Construções S/A, Construtora Tedesco Ltda., Brasília Guaiaba Obras Públicas S.A. e Empresa Construtora Ernesto Woebcke S.A., cuja mobilização ocorreu imediatamente à assinatura dos contratos, e que estabelecem o início da execução efetiva das obras para 01 de fevereiro de 2008.

Obtendo-se a condição de entrada em eficácia dos contratos de crédito firmados com o CDB, e em função das ações que foram desenvolvidas durante o exercício 2007 acima mencionadas, projeta-se para o ano de 2008 um novo ritmo no andamento do empreendimento, fazendo-se com que a data de conclusão da usina, fixada em contrato para até 31 de dezembro 2009, possa ser atendida. O avanço físico do empreendimento em 31 de dezembro de 2007 foi de 11% (não auditado).

32. INCONSTITUCIONALIDADE DO PIS/PASEP E COFINS

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº. 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a

classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a CGTEE ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal, com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia registro de julgamento do pleito.

A CGTEE possui créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, no montante de R\$ 12.297, não registrado nestas demonstrações contábeis.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº. 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

33. BENS DA UNIÃO EM REGIME ESPECIAL DE UTILIZAÇÃO

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº. 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda os bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Presidente Médice – Candiota - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº. 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e portanto não sujeito a indenização quando do término do prazo de concessão.

34. AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços de empresas de auditoria independente fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Neste sentido, a Companhia possui contrato para prestação de serviços de auditoria independente firmado com a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não existindo qualquer outro contrato de prestação de serviços com essa empresa. Esse procedimento está em conformidade com o disposto na Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003.

35. ALTERAÇÃO LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA (A PARTIR DE JANEIRO DE 2008)

Em 26 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na Lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida Lei, a sociedade ou o conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2008 enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que podem gerar efeitos para a Companhia podem ser sumarizadas como segue:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações contábeis e nos resultados dos exercícios seguintes.

36. ASSUNTO RELEVANTE

Para apurar os fatos relacionados a pretensas garantias com o Banco KfW Bankengruppe na existência de pretensas garantias concedidas pela Companhia no montante de EUR 156.700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 408.770 em 31 de dezembro de 2007) que teriam sido emitidas, em nome da CGTEE; em favor de empresas privadas, esta Companhia instaurou Sindicância, cujo Relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007.

Entre as conclusões da Sindicância destaca-se:

- as pretensas garantias foram constituídas ao arripio da legislação brasileira e das normas estatutárias da CGTEE, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas; e
 - a CGTEE não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas.
- Apuradas evidências de autoria e materialidade, o Relatório da Sindicância foi imediatamente encaminhado, para as medidas legais cabíveis, às instituições e autoridades competentes: Ministério Público Federal; Polícia Federal; Tribunal de Contas de União; Controladoria Geral da União; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica; Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e Eletrobrás.

Cabe registrar que, em 22 de junho de 2007, por meio da Carta PR-105/2007, assinada pelo Diretor-Presidente, Sereeno Chaise, e pelo Presidente do Conselho de Administração, Valter Luiz Cardeal de Souza, a CGTEE já havia encaminhado para a Polícia Federal denúncia sobre as pretensas garantias.

Para a salvaguarda institucional da CGTEE e do interesse público, a CGTEE contratou Escritório de Advocacia Especializado – Pinheiro Neto Advogados. Por orientação do referido escritório, a CGTEE notificou extrajudicialmente o Banco KfW, em 18 de julho de 2007 sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome. O Escritório contratado ajuizou em 10 de setembro de 2007 no Foro Central da Comarca de Porto Alegre, Ação Declaratória de Falsidade Documental Cumulada com Pedido de Exibição de Documentos em face do Banco KfW. Com base na posição atualizada da referida ação obtida do escritório contratado não ocorreram alterações significativas no andamento do processo. Oportunamente serão avaliadas outras medidas judiciais cabíveis, para reparação de eventuais danos morais e patrimoniais à CGTEE.

A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

Diretoria Executiva

Sereeno Chaise Diretor Presidente	Clovís Ilgenfritz da Silva Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado
Luiz Henrique de Freitas Schnor Diretor Técnico e de Meio Ambiente	Eduardo Antônio Peters Diretor Administrativo
João Luis Lucas Maracci Contador CRCRS 46.907	

Conselho de Administração

Valter Luiz Cardeal de Souza Presidente do Conselho	Sereeno Chaise Conselheiro
Ronaldo Schuck Conselheiro	Ivanir José Bortol Conselheiro
Guilherme Pereira Baggio Conselheiro	Ricardo Spanier Homrich Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

- Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- As demonstrações suplementares do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, requeridas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações suplementares foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Roberto Wagner Promenzio
Auditores Independentes	Contador
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RS	CRC nº. 1SP 088.438/O-9/S/RS

Deloitte Touche Tohmatsu

PARECER CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicação de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2007.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Executiva e no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente e sem ressalvas em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2007, o Conselho Fiscal ressaltando que a empresa continue aprimorando seus controles internos, buscando maior eficiência e precisão de seus processos de trabalho, de acordo com as boas práticas de governança corporativa, por unanimidade, é de parecer que as referidas Demonstrações estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Porto Alegre, 14 de março de 2008

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidenta

CARLOS EDUARDO DE CAMPOS VIEIRA Conselheiro	ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO Conselheiro
--	--

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstrativo Financeiro e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2007, encerrado em 31 de dezembro de 2007, documentos esses aprovados pelos administradores responsáveis pela Companhia, considerando o parecer dos Auditores Independentes, é de parecer por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos, e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 17 de março de 2008

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente do Conselho

Sereeno Chaise
Ronaldo Schuck

Ricardo Spanier Homrich